

A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS MELHORA O DESEMPENHO ESCOLAR? EVIDÊNCIAS A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NO ESTADO DE SANTA CATARINA*

Vicente Loeblein Heinen¹

Lauro Mattei²

Mauricio Mulinari³

Resumo: No ano de 2019 o Ministério da Educação instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), cujo objetivo era a conversão de escolas públicas para o modelo cívico-militar. Esse programa foi extinto pelo Governo Lula III em 2023, sob a justificativa de não apresentar bons resultados. Diante disso, o governo de Santa Catarina decidiu “estadualizar” o programa, bancando o pagamento dos militares alocados nas escolas com recursos próprios. A avaliação do governo catarinense foi de que o programa teria “beneficiado muito os estudantes na melhoria da qualidade da aprendizagem” e de que as escolas cívico-militares teriam “os melhores índices nos exames e nas avaliações”. Para testar essa afirmação, foi construído um modelo de diferenças em diferenças, utilizando os microdados do IDEB das escolas antes e depois da militarização. Os resultados revelam que a militarização não teve impacto significativo no desempenho escolar em ambos os níveis do ensino fundamental. No entanto, sugerem que as escolas cívico-militares tiveram um desempenho pior no IDEB do ensino médio, com impacto negativo de 6,3% na comparação com as escolas de características semelhantes, mas que não foram militarizadas.

Palavras-chave: Santa Catarina. Escolas Cívico-Militar. IDEB.

DOES THE MILITARIZATION OF SCHOOLS IMPROVE ACADEMIC PERFORMANCE? EVIDENCE FROM THE IMPLEMENTATION OF CIVIC-MILITARY SCHOOLS IN THE STATE OF SANTA CATARINA

Abstract: In 2019, the Brazilian Ministry of Education established the National Program for Civic-Military Schools (PECIM), aimed at converting public schools to a civic-military model. The program was discontinued by the Lula III administration in 2023, on the grounds that it had not produced satisfactory results. In response, the government of Santa Catarina decided to “stateize” the program, funding the salaries of military personnel assigned to schools with its own resources. The state government’s assessment was that the program had “greatly benefited students in improving learning quality” and that civic-military schools had achieved “the best scores in exams and assessments”. To test this claim, a difference-in-differences model was constructed using IDEB microdata from schools before and after militarization. The results reveal that militarization had no

* Este artigo consiste em um aprofundamento a partir de estudo publicado originalmente pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública do Estado de Santa Catarina (SINTE/SC, 2024).

¹ Economista pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestrando em Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: vicenteheinen@gmail.com.

² Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Coordenador Geral do NECAT-UFSC e pesquisador do OPPA/CPDA/UFRRJ. Email: l.mattei@ufsc.br

³ Economista, mestrando e doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: mauriciomulinari@gmail.com.

significant impact on academic performance at either level of primary education. However, they suggest that civic-military schools performed worse on the upper secondary IDEB, with a negative impact of 6.3% compared to schools with similar characteristics that were not militarized.

Keywords: Santa Catarina. Civic-Military Schools. IDEB.

INTRODUÇÃO

Em setembro de 2019, por meio do Decreto Nº.10.004 de 05.09.2019, o Ministério da Educação (MEC) instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), cujo objetivo era a conversão de escolas públicas para o modelo “cívico-militar”.

Naquele momento foi definida a meta de se implantar 216 escolas desse tipo até o final do mandato do governo federal, em 2022. Um ano depois, segundo dados do PECIM, já haviam sido implantadas 53 escolas cívico militares em todo o país, com a seguinte distribuição regional: Norte (18), Nordeste (6), Centro-Oeste (11), Sudeste (5) e Sul (13). Ao final de 2022, esse era o cenário geral das escolas cívico-militares no país: Norte (39), Nordeste (37), Centro-Oeste (26), Sudeste (46) e Sul (54), totalizando 202 escolas.

Como critérios para integrar o programa, as escolas públicas deveriam atender a três requisitos fundamentais: *a)* ter entre 500 e 1.000 alunos matriculados no ensino básico; *b)* apresentar IDEB abaixo da média estadual; *c)* ter participação no programa aprovada pela comunidade onde a escola estava inserida.

Para a implementação do programa o MEC atuaria de duas maneiras. Por um lado, repassaria R\$ 1 milhão por ano para cada escola e, por outro, cederia militares reservistas das forças armadas às instituições de ensino. Independentemente da modalidade aplicada em cada escola, todas elas deveriam ter militares em seus quadros. Assim, quando o MEC enviava recursos, cabia aos governos estaduais disponibilizar militares, tanto da ativa como da reserva.

De acordo com as diretrizes gerais do programa, ele estaria concentrado nas escolas com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), tendo por propósito “promover melhoria na qualidade na educação básica nos ensinos fundamental e médio e contribuir para o Plano Nacional de Educação, bem como para a redução da evasão, repetência e do abandono escolar” (PECIM, 2022, s/p).

Além disso, figurava como objetivo geral do programa promover melhorias na educação básica do país por meio de maiores vínculos entre gestores, professores, militares, estudantes e pais de alunos. No caso específico das funções desempenhadas pelos militares, o PECIM previa que eles deveriam: atuar como monitores, realizar acompanhamentos dos estudantes, exercer atividades de supervisão escolar e psicopedagógicas, exercer atividades administrativas para aprimorar a organização escolar, fazer contatos com as famílias dos alunos e atuar na preservação e fortalecimento dos valores éticos e morais⁴. Os adicionais pagos para essas atividades chegavam a mais de R\$ 9 mil para militar⁵.

De acordo com as diretrizes formais do PECIM, os militares não deveriam interferir no processo pedagógico das escolas. Ainda assim, a melhoria do desempenho escolar constava entre as metas do programa, inclusive sendo utilizada como justificativa para sua implementação. A premissa era que a suposta melhoria do ambiente escolar e o aumento da disciplina dos alunos reduzisse a evasão escolar e a repetência, além de aprimorar o desempenho das escolas no IDEB (Sena; Teixeira, 2022).

O PECIM foi encerrado pelo Governo Federal em julho de 2023, quando o Governo Lula determinou a desmobilização dos militares envolvidos. No entanto, alguns estados com governadores mais entusiastas da militarização decidiram “estadualizar” o programa, mantendo-o com recursos próprios⁶.

Neste caso, destaca-se o governador de Santa Catarina, Jorginho Mello, que implantou o Programa Estadual de Escolas Cívico-Militares ainda em 2023. Com isso, 56 militares federais foram substituídos por militares catarinenses, com custo estimado de R\$ 8,8 milhões ao ano para os cofres do estado⁷. Além de manter o funcionamento das nove escolas cívico-militares estaduais ativas até então, o governador anunciou a implementação de mais unidades nos anos de 2024 e 2025. Com isso, atualmente existem

⁴ Não se deve esquecer que a definição desses objetivos decorre das ações propostas pela organização social “Escola Sem Partido”, cujo foco de atuação é combater a suposta “ideologia de gênero”.

⁵ Brasil 247. Escolas cívico-militares rendem salário extra de até R\$ 9.152 a 1,5 mil militares da reserva. 2023.

⁶ A estadualização do programa também foi adotada por outros estados com governadores alinhados ao ex-presidente Bolsonaro, destacando-se os estados do Paraná (312 escolas), São Paulo (100), Minas Gerais (9), Mato Grosso (105), Goiás (82) e Santa Catarina (26). Mesmo sem apoio do governo federal, as escolas cívico-militar vêm avançando no país desde o ano de 2023. Estimativas revelaram que ao final de 2025 estavam em funcionamento no país aproximadamente 800 unidades escolares dominadas por essa “filosofia militar”.

⁷ ND+. SC quer ampliar número de escolas cívico-militares. 2023.

29 escolas estaduais com essa característica. Registre-se, ainda, que a cidade de Pomerode implantou recentemente a primeira escola cívico-militar de caráter municipal.

A melhoria dos indicadores de ensino também consta entre as justificativas apresentadas por membros do governo catarinense para estadualizar o programa. Segundo o secretário de educação na época, Aristides Cimadon, o programa das escolas cívico-militares tem

beneficiado muito os estudantes na melhoria da qualidade da aprendizagem, tem ajudado os professores, tem ajudado a organização da escola em geral e tem aproximado muito a família nessas escolas. Nós vimos, historicamente, que as escolas cívico-militares têm os melhores índices nos exames, nas avaliações (*apud* SED/SC, 2023, s/p).

O objetivo deste estudo é testar essa afirmação. *Afinal, há evidências de que a militarização das escolas em Santa Catarina melhorou seu desempenho do ponto de vista do ensino?* Para contribuir nesse debate, consideramos o IDEB das escolas como *proxy* para o desempenho pedagógico. Esses dados são analisados a partir de um modelo econométrico que avalia o desempenho das escolas cívico-militares antes e depois de sua militarização, comparando-o com o desempenho de escolas não-militarizadas com características semelhantes.

O trabalho está organizado em mais três seções, além desta breve introdução. Na primeira delas se discute os aspectos pedagógicos do programa, ou seja, qual é o significado pedagógico explícito pela militarização das escolas. A segunda seção apresenta a referência empírica para as análises subsequentes. A terceira seção analisa os resultados empíricos obtidos com o modelo analítico utilizado. A quarta seção contempla as principais conclusões do trabalho elaboradas a partir das evidências empíricas.

1. O SIGNIFICADO DA MILITARIZAÇÃO ESCOLAR DO PONTO DE VISTA PEDAGÓGICO E CULTURAL

A compreensão mais ampla das questões pedagógicas envolvidas na análise do PECIM deve considerar, inicialmente, os objetivos do programa. A ideia por trás do objetivo VII do PECIM, “colaborar para a formação humana e cívica do cidadão”, é de que a formação cívico-militar não está vinculada à conscientização, à autonomia e à capacidade do estudante de pensar por si mesmo, sem ser tutelado. Ao contrário, o que se busca apenas é disciplinar o comportamento dos estudantes, visando modelá-los a uma

determinada visão de sociedade e de mundo que geralmente se explicita na exaltação de valores e sentimentos patrióticos, atitudes típicas da formação militar.

Um exemplo eloquente nesta direção ocorreu na cidade de Cáceres (MT) quando, em fevereiro de 2021, a primeira ação para a implantação do programa na localidade foi trocar o nome da escola estadual básica Professor Natalino Ferreira Mendes pelo nome de um policial militar, sem qualquer relação com o ensino local. Mesmo diante de diversos protestos da comunidade, o projeto foi implantado e a comunidade foi impedida de continuar cultuando a memória de um respeitado professor.

Outro ponto relevante diz respeito a não interferência pedagógica. Apesar dos promotores desse projeto afirmarem que não havia essa interferência, há evidências de que o programa teve diversos impactos na estrutura curricular das escolas militarizadas, seja de forma explícita ou implícita (Santos; Alves; Ximenes, 2024; Correia, 2024). Essa tendência foi agravada na versão catarinense do projeto, que previu, dentre outras medidas de cunho pedagógico, que os estudantes tenham uma aula semanal com militares (Correia, 2024).

A análise dos documentos que estabelecem as diretrizes do programa também corrobora essa percepção (MEC, 2021). Por exemplo, nos diversos manuais das escolas militarizadas (manual do estudante; manual do comportamento e manual do fardamento) existem diversas proibições (alunos não podem andar de mãos dadas, não podem correr, devem fazer formação, bater continência, etc.). Isso indica que se objetiva transportar para o ambiente escolar as regras disciplinares de um quartel. Mas o ambiente escolar não faz parte da doutrina militar porque se constrói numa perspectiva horizontalizada e não verticalizada. Na essência, percebe-se que esse projeto pretende controlar o que se ensina nas escolas públicas e, ao mesmo tempo estabelecer um controle sobre a juventude e suas formas de manifestações culturais.

Um exemplo eloquente nesta direção vem da cidade de Joinville (SC). Alunos da Escola Cívico-Militar Municipal Presidente Castello Branco solicitaram, ao final de 2021, um debate sobre diversidade, o qual foi imediatamente negado pela direção escolar. Em março de 2022, um grupo deles trouxe para a escola bandeiras do movimento LGBT, as quais foram imediatamente confiscadas pelos supervisores militares, mesmo que estando dentro de envelopes. Aqueles alunos que não conseguiram esconder as bandeiras a tempo, foram advertidos disciplinarmente. Motivo da advertência: “aluna utilizando bandeira

LGBT [...] não será permitido ao aluno promover, na unidade escolar, qualquer tipo de campanha ou atividade sem prévia autorização da Direção”⁸.

Isso revela outro aspecto relevante desse processo, uma vez que a presença constante de policiais militares fardados no interior das escolas para supervisionar e controlar os alunos poderá abrir a possibilidade de se estabelecerem controles e punições à luz do histórico de cada estudante. Por isso, há consenso entre pesquisadores e estudiosos do campo da pedagogia de que a expansão das escolas cívico-militares nada mais é que a tentativa de se introduzir nas escolas públicas um modelo de poder e de obediência que é a marca dos quartéis e das academias de polícia militar, cujos processos formativos e educativos se assentam em valores cívicos que, na essência, são extremamente moralistas (Da Silva; Galuch; Santa Bárbara, 2022; Rodrigues da Silva, 2022; Rodrigues da Silva; Martins, Dos Santos, 2023).

Outro ponto relevante – que será abordado em nosso estudo empírico – é a ideia de que as escolas militarizadas possuem melhores índices de aprendizado. Essa relação se fundamenta na hipótese de que a simples implantação de um sistema educacional mais rígido resultaria em melhorias no desempenho dos estudantes. Decorre daí o apoio de parte da sociedade à ideologia militar e à suas regras disciplinares e comportamentais.

Entretanto, esse apoio está longe de ser generalizado. Pesquisa realizada em 2022 pelo Instituto Data Folha, sob encomenda da Ação Educativa e do CENPEC Educação, revelou que sete em cada dez brasileiros entrevistados confiam mais nos professores do que nos agentes militares que estão atuando dentro das escolas cívico-militares. A pesquisa revela que a população compreende que os problemas das escolas públicas estão mais relacionados à falta de investimentos e à desvalorização dos professores do que a problemas disciplinares (Folha de S. Paulo, 2022).

2. MENSURANDO OS IMPACTOS SOBRE O DESEMPENHO ESCOLAR

O IDEB é o principal indicador de qualidade das escolas públicas no Brasil. Esse índice é calculado a cada dois anos, sendo composto pela taxa de aprovação média das escolas e pelas notas obtidas por seus estudantes nas provas de português e matemática

⁸ G1/SC. Alunas recebem advertência por uso de bandeira do movimento LGBTI+ em escola de SC. 2022.

do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)⁹. A nota se distribui em três níveis: Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental (EF); e Ensino Médio (EM).

A Tabela 1 lista as escolas cívico-militares da rede pública estadual de Santa Catarina, o ano em que elas foram militarizadas e o município onde estão localizadas.

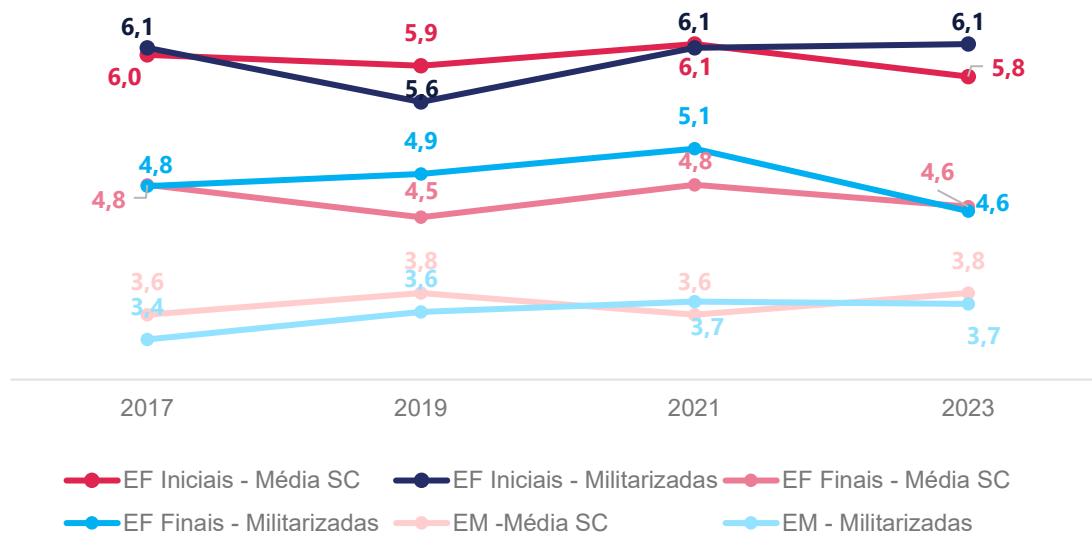
Tabela 1: Escolas cívico-militares estaduais em Santa Catarina.

Nome da Escola	Ano de Militarização	Município
EEB PROF EMERITA DUARTE S E SOUZA	2020	Biguaçu
EEB PROFESSOR ANGELO CASCAES TANCREDO	2020	Palhoça
EEB PROF JALDYR BHERING F DA SILVA	2021	São Miguel do Oeste
EEB PROF IRENE STONOGA	2021	Chapecó
EEB CEL PEDRO CHRISTIANO FEDDERSEN	2021	Blumenau
EEB JOAQUIM RAMOS	2021	Criciúma
EEB HENRIQUE FONTES	2021	Tubarão
EEB ILDEFONSO LINHARES	2022	Florianópolis
EEB CORA BATALHA DA SILVEIRA	2022	Lages
EEB SÃO JOSÉ	2024	Herval d'Oeste

Fonte: SED/SC (2024). Elaboração própria.

O Gráfico 1 apresenta o histórico recente das notas médias do IDEB dessas escolas e do agregado da rede pública estadual de Santa Catarina, para os três níveis de ensino¹⁰.

Gráfico 1: Nota média no IDEB das escolas estaduais militarizadas e restante da rede estadual de Santa Catarina.



Fonte: MEC (2024). Elaboração própria.

⁹ Sobre as limitações do uso do IDEB para medir a qualidade do ensino, ver: Almeida; Dalben; Freitas. O Ideb: limites e ilusões de uma política educacional, *Educação e Sociedade*, 2013.

¹⁰ Para evitar o viés nas médias anuais, as escolas cívico-militares com apenas um valor faltante entre 2017 e 2021 tiveram seus índices interpolados e as escolas sem resultados para 2023 foram desconsideradas.

A análise desses dados deve ser feita com cautela, por pelo menos três motivos. Primeiro, porque o IDEB agregado das demais escolas não é uma base de comparação estável: o índice do ensino fundamental subiu em 2021 e caiu em 2023, enquanto os resultados para o ensino médio tiveram o movimento oposto. Segundo, porque a seleção das escolas militarizadas não é aleatória, de modo que fatores particulares de cada escola, como sua infraestrutura, a quantidade de professores por aluno e os índices de renda e IDH do município em que ela está localizada, influenciam no resultado. Terceiro, porque é difícil cravar se as escolas que se tornaram cívico-militares ao longo de 2021 já teriam efeitos sobre o ensino no mesmo ano.

Para enfrentar o primeiro problema, podemos recorrer a um modelo econométrico conhecido como “diferenças em diferenças” (CORBI, 2014). A lógica por trás desse modelo é que, se as tendências do grupo de controle (escolas não-militarizadas) e de tratamento (escolas cívico-militares) eram semelhantes antes da militarização, então a diferença entre as médias dos grupos após o evento (militarização) é precisamente o seu impacto sobre a variável de interesse (neste caso, a nota do IDEB).

Já para reduzir problemas de viés analítico, foram incluídas variáveis de controle com dados em painel. A inclusão de *efeitos fixos de escola* controla para fatores não-observáveis como infraestrutura, corpo docente, condições socioeconômicas dos alunos, etc; enquanto os *efeitos fixos de tempo* permitem o controle de fatores temporais comuns a todas as escolas, como as condições gerais da educação no estado em cada ano. O modelo completo pode ser formalizado da seguinte maneira:

$$\ln(\text{IDEB})_{it} = \beta_0 + \beta_1 \cdot \text{Militar}_i + \beta_2 \cdot \text{Tratamento}_i + \beta_3 \cdot (\text{Militar}_i \cdot \text{Tratamento}_i) + \gamma_i + \lambda_t + \epsilon_{it}, \quad (1)$$

onde $\ln(\text{IDEB})$ é a variação da nota estimada para cada escola (i) no ano (t);

Militar é uma *dummy* que indica se a escola foi militarizada;

Tratamento indica se a observação se refere ao período após a militarização;

γ_i são os efeitos fixos da escola;

λ_t são efeitos fixos de ano;

e ϵ_{it} é o termo de erro.

Por fim, para evitar as distorções causadas pelo período de transição para a gestão cívico-militar, consideramos as notas do IDEB prévias a 2020 como base de comparação para todos os casos, exceto para as escolas militarizadas em 2022. Essas notas são

comparadas aos resultados de 2023, ano em que se supõe que os efeitos da mudança já podem ser observados. A escola militarizada em 2024 está, portanto, fora da amostra, de modo que o grupo de tratamento abrange nove escolas cívico-militares, cada uma delas avaliada em três níveis. O grupo de controle é composto por 813 escolas da rede pública estadual no ensino fundamental nos anos iniciais, 952 nos anos finais e 714 no ensino médio.

3. PRINCIPAIS RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 2 apresenta os resultados do modelo para o coeficiente de impacto da militarização (β_3), nos três níveis avaliados no IDEB. Inicialmente, nota-se que não há nenhum efeito estatisticamente significativo da militarização sobre o desempenho do IDEB das escolas em ambos os níveis do ensino fundamental. Esse resultado decorre da pequena amostra no grupo de tratamento e da observação de algumas variações positivas e outras negativas (erro padrão elevado), de modo que não é possível identificar causalidade clara com a militarização.

No entanto, observa-se um efeito muito significativo (a 99,99% de confiança) da militarização sobre os resultados do ensino médio. O impacto estimado, ao contrário do discurso do governo estadual, foi negativo, da ordem de -6,3%. Isso significa, por exemplo, que uma escola que tinha IDEB de 5 pontos no ensino médio antes da militarização, teve sua nota reduzida para 4,7 pontos em 2023. Em outras palavras, a conversão das escolas no modelo cívico-militar provocou uma piora significativa nas notas do ensino médio, mesmo controlando por diversos outros fatores que poderiam ter influenciado esse resultado.

Tabela 2: Resultados do modelo de estimativa do impacto da militarização sobre o IDEB das escolas da rede estadual em Santa Catarina.

	Ensino Médio	Ensino Fundamental - Anos Finais	Ensino Fundamental - Anos Iniciais
Militarizacao	-0.063*** (0.009)	-0.042 (0.056)	0.060 (0.060)
Num.Obs.	633	2021	1920
R2	0.879	0.776	0.767
R2 Adj.	0.686	0.630	0.654
+ p < 0.1, * p < 0.05, ** p < 0.01, *** p < 0.001			

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do IDEB.

A exatidão desses coeficientes estimados depende de uma hipótese fundamental: que não haja outras variáveis mudando ao longo do tempo e afetando a nota do IDEB, exceto aquelas incluídas na regressão. Caso contrário, haveria um viés de variável omitida, cujo sentido dependeria do efeito dessa variável sobre a nota do IDEB.

A Tabela 3 apresenta os valores destinados às escolas cívico-militares de Santa Catarina, na forma de obras com recursos do governo estadual, desde sua militarização. A EEB Ildefonso Linhares, em Florianópolis, por exemplo, foi beneficiada com R\$ 2,9 milhões para reformas e ampliação de espaço físico e R\$ 3,8 milhões para a construção de quadra poliesportiva, obras que foram realizadas, basicamente, ao longo de 2022, ano de sua militarização. Caso semelhante observa-se na EEB Cora Batalha da Silva, em Lages, que recebeu cerca de R\$ 4 milhões no ano de sua militarização. Cinco das nove escolas cívico-militares implementadas até 2023 receberam recursos superiores a R\$ 100 mil, fato que ocorreu com apenas 1/3 das demais escolas estaduais públicas nos últimos quatro anos.

Tabela 3: Valor recebido em obras estaduais nas escolas cívico-militares desde sua militarização e estimativa de valor médio por estudante.

Escolas Cívico-Militares	Ano de militarização	Valor em obras desde militarização	Ano de início das obras
EEB ILDEFONSO LINHARES	2022	R\$ 6.743.990,10	2022
EEB CORA BATALHA DA SILVEIRA	2022	R\$ 3.969.620,79	2022
EEB PROF JALDYR BHERING F DA SILVA	2021	R\$ 443.000,00	2024
EEB PROF IRENE STONOGA	2021	R\$ 413.564,29	2021
EEB CEL PEDRO CHRISTIANO FEDDERSEN	2021	R\$ 112.975,94	2023
EEB JOAQUIM RAMOS	2021	R\$ 10.156,41	2023
EEB PROF EMERITA DUARTE S E SOUZA	2020	Sem obras	
EEB PROF. ANGELO CASCAES TANCREDO	2020	Sem obras	
EEB HENRIQUE FONTES	2021	Sem obras	
TOTAL		R\$ 11.693.307,53	
Valor médio por estudante - Escolas cívico-militares		R\$ 1.701,83	
Valor médio por estudante - Demais escolas		R\$ 920,72	

Fonte: Portal da Transparência do Executivo de SC (2024) e SED/SC (2024); Elaboração própria.

Em média, cada escola cívico-militar já recebeu R\$ 1,3 milhões em investimentos diretos do estado. No conjunto da rede estadual, o valor médio investido em obras entre 2021 e 2024 foi de R\$ 528 mil por escola, cerca de 40% do que receberam as escolas cívico-militares. Mesmo ponderando pelo número de estudantes, o viés permanece muito grande. O valor médio investido em infraestrutura por estudante nas escolas cívico-

militares foi estimado em R\$ 1,7 mil, enquanto no restante da rede estadual no período entre 2021 e 2024 esse valor foi pouco mais que a metade, ou seja, R\$ 920¹¹.

Outro aspecto relevante revelado pela Tabela 4 é que o perfil da alocação de servidores da Secretaria de Estado da Educação também parece beneficiar relativamente mais as escolas cívico-militares. O grupo de escolas que foram militarizadas teve um crescimento nominal de 119% na sua folha de pagamentos nos últimos quatro anos, enquanto nas demais escolas da rede estadual esse crescimento foi de 86% (concentrado, diga-se de passagem, na contratação de ACTs).

Tabela 4: Folha de pagamentos e alocação de profissionais da Secretaria da Educação de Santa Catarina (acumulado até agosto de cada ano).

	2020	2024	Crescimento
Despesa com pessoal			
Escolas cívico-militares	R\$ 1.314.635	R\$ 2.878.864	119,0%
Demais escolas estaduais	R\$ 134.818.735	R\$ 250.890.873	86,1%
Profissionais ativos			
Escolas cívico-militares	393	630	60,3%
Demais escolas estaduais	41.287	55.845	35,3%

Fonte: Portal da Transparência do Executivo de SC (2024); Elaboração própria.

Já o número de profissionais ativos alocados nas escolas cívico-militares cresceu 60% no período, quase o dobro da expansão do quadro de funcionários no restante da rede escolar estadual. Esse crescimento, vale frisar, foi desproporcional à expansão do número de matrículas, indicando um aumento da relação professor/aluno.

Considerando que os investimentos na infraestrutura das escolas e a contratação de professores melhoram o desempenho escolar, há um viés positivo sobre o coeficiente calculado para o impacto da militarização sobre as notas do IDEB. Isso quer dizer que, se pudessemos incluir na regressão também essas variáveis que mudaram nos últimos anos (não apenas na forma de efeitos fixos)¹², provavelmente estimaríamos um impacto da militarização ainda mais negativo sobre o ensino.

¹¹ Estimativas com base no valor atual (pago até o momento) dos contratos de obras realizadas em escolas de ensino básico, fundamental e médio da SED, em comparação ao número de estudantes informado no portal [Educação na Palma da Mão](#), para o início do ano-letivo de 2023.

¹² Os valores de contratos e folha de pagamentos não estão disponíveis para todas as unidades escolares desagregadamente. As informações apresentadas foram coletadas de forma manual para o grupo de tratamento e de forma agregada para as demais escolas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados gerais obtidos pelo estudo não corroboram a hipótese conservadora de que a promoção da “ordem” nas escolas teria impacto positivo sobre o ensino, mesmo quando o avaliamos a partir de um indicador tão restrito quanto o IDEB. Na mesma direção, os dados analisados tampouco amparam e sustentam o discurso do governo catarinense de que “as escolas cívico-militares têm os melhores índices nos exames”.

Na melhor das hipóteses, seria possível contra-argumentar que os resultados não são suficientemente conclusivos, dada a amostra pequena para o grupo de tratamento e o curto período de implementação do programa de militarização das escolas públicas estaduais. Ainda assim, as autoridades governamentais teriam que justificar porque continuam investindo recursos públicos em um programa com custos elevados e gerador de desigualdades, cujos efeitos não são claros e nem estão promovendo melhorias efetivas nas escolas onde o programa foi implementado.

Isso tudo, evidentemente, sem entrar no mérito qualitativo da relação entre militarização e desenvolvimento humano. O campo de estudos da área de educação está repleto de evidências científicas sobre as melhores formas de se melhorar o desempenho escolar. E elas geralmente passam pela formação pedagógica continuada, pela valorização salarial de professores, pela redução de desigualdades e pela integração da comunidade ao ambiente escolar, prioridades diametralmente opostas ao modelo militarizado.

Diante de todas essas evidências, fica claro que o tema da militarização das escolas públicas coloca em disputa a própria função social das escolas, uma vez que se confrontam duas visões, especialmente em relação ao tema da disciplina. Na área da segurança, a disciplina se restringe à obediência das regras previamente estabelecidas. Já na esfera da educação, a disciplina está relacionada ao processo de aprendizagem, à convivência coletiva e ao respeito ao outro e às diferenças.

Esses aspectos particulares nos remetem ao cenário nacional atual após cinco anos de expansão dessas escolas em diversas unidades da federação, restando claro que esse projeto está muito distante de uma proposta pedagógica democrática e libertária. Ao contrário, achar que disciplina e segurança serão construídas a partir da obediência restrita aos policiais militares aposentados que são contratados para atuar nessas escolas – cuja formação pedagógica é praticamente nula – representa um retrocesso político e cultural irreparável.

Registros recentes revelam que em todas as unidades federativas que implementaram esse “modelo de escola” os problemas não param de crescer. Por um lado, a hierarquia militar autoritária está criando um ambiente de medo e de silenciamento que afasta, inclusive, o envolvimento dos familiares dos estudantes da comunidade escolar. Por outro, crianças e adolescentes estão sendo submetidos ao “modo operandi militar” dentro das escolas que é marcado por humilhações e abuso de poder. Além disso, estão ocorrendo diversos tipos de assédio praticados por agentes militares, conforme está sendo divulgado pelos meios de comunicação de vários estados. Neste caso particular, merece destaque a decisão judicial recente na cidade de Rio Preto (SP) que impede os policiais militares aposentados – contratados para trabalhar nessas escolas fiscalizando uniformes, cortes de cabelo e aparência dos estudantes – de intervir na forma como os estudantes comparecem às escolas.

Reportagem recente da BBC News-Brasil mostrou inúmeros casos de abusos em escolas cívico-militares no Paraná, inclusive com denúncia de assédio e violência sexual explícita contra estudantes do sexo feminino. Tais problemas foram registrados, todavia as investigações policiais se encontram em sigilo e sem publicidade, diferentemente do caso de processos administrativos contra servidores educacionais civis que são públicos e abertos para consultas. Crianças com idade entre 9-13 anos foram expostas por longo período a diversos tipos de violência sob a complacência dos órgãos públicos estaduais.

É importante registrar que a ação e as funções dos professores da pré-escola ao ensino médio vão muito além das atividades específicas em salas de aulas, uma vez que os professores têm também a responsabilidade de estimular e acompanhar o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes no sentido da formação cidadã baseada em valores éticos e de respeito no âmbito social. Neste quesito, deve-se registrar que os policiais militares não têm nenhuma formação básica para lidar com crianças e adolescentes, uma vez que suas atribuições e responsabilidades dizem respeito a outras atividades que, na essência, não guardam relação com o processo pedagógico, uma vez que se movem pela obediência cega à normas e hierarquias constituídas nas respectivas instituições militares.

Por fim, é preciso reafirmar que a disciplina escolar e o respeito não serão obtidos por meio da imposição da autoridade e das regras rígidas dos quartéis. Ao contrário, a escola é o local onde os estudantes podem desenvolver seus potenciais criativos e suas

visões de sociedade de forma autônoma e sem o medo imposto por agentes militares externos a esse ambiente.

REFERÊNCIAS

CORBI, Rafael. **Dados em Painel e Diff-in-Dif**. 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4159622/mod_resource/content/1/aula5_Painel_DID.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

CORREIA, Tomas Antonio Campos. O avanço das escolas cívico-militares em SC. **Centro de Ciências da Educação (CED)** – Universidade Federal de Santa Catarina. Monografia. 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/257763/TCC.pdf?sequence=1&iSAllowed=y>. Acesso em: 05 out. 2024.

DA SILVA, C. A.; GALUCH, M. T.; SANTA BÁRBARA, R.. Educação democrática, emancipação humana e formação cívico-militar: uma análise do Programa Nacional das escolas Cívico-Militares (PECIM). **Revista Inter-Ação**, v.47, n.2, p.825-840, mai/ago, 2022.

FOLHA DE S. PAULO. **Datafolha: 70% confiam mais em civis do que militares para trabalhar em escolas**. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/07/datafolha-70-confiam-mais-em-civis-do-que-militares-para-trabalhar-em-escolas.shtml>. Acesso em: 07 nov. 2024.

MEC – Ministério da Educação. **Diretrizes das escolas cívico-militares**. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acao_informacao/pdf-arq/10DIRETRIZESPECIMVERSO_observaes_14072021convertido2.pdf. Acesso em: 01 out. 2024.

MEC – Ministério da Educação. **Resultados IDEB: Escolas**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 20 out. 2024.

PECIM. **Sobre o Pecim**. 2024. Disponível em: <https://pecim.ibict.br/sobre-o-pecim/>. Acesso em: 28 out. 2024.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO PODER EXECUTIVO DE SC. **Despesa Detalhada**. 2024. Disponível em: <https://www.transparencia.sc.gov.br/despesa>. Acesso em: 10 out. 2024.

RODRIGUES DA SILVA, Bruno Antonio. A concepção cívico-militar de educação integral e (m) tempo integral. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.44, e268987, 2023.

RODRIGUES DA SILVA, F. L.; SHEID MARTINS, F.; DOS SANTOS, I. Programa nacional das escolas cívico-militares: projeto de educação para o Brasil? **Educação em Foco**, v.27, 2022.

SANTOS, C. A.; ALVES, F. A.; XIMENES, S. B. A expansão da militarização da educação básica no Brasil: continuidades, omissões e resistências. **Cocar**, Edição Especial. n.27/ 2024.

SED/SC – Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina. **Governo do Estado cria Programa Estadual das Escolas Cívico-Militares**. 2023. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/noticias/governo-do-estado-cria-programa-estadual-das-escolas-civico-militares/#:~:text=O%20projeto%20para%202024%20%C3%A9,um%20modelo%20que%20recupera%20valores>. Acesso em: 10 out. 2024.

SED/SC – Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina. **Educação na Palma da Mão**. 2024. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/educacao-na-palma-da-mao/>. Acesso em: 20 out. 2024.

SENA, A. J. A.; TEIXEIRA, C. C. S. Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares: Concepção e Propósitos. 2022. In: OLIVEIRA, G. P.; OLIVEIRA, C. L. (Orgs.). **O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares: da concepção do modelo aos primeiros resultados**. Brasília: IBICT, 2022. Disponível em: <https://pecim.ibict.br/wp-content/uploads/2022/07/Livro-Pecim.pdf>. Acesso em: 09 out. 2024.

SINTE/SC. **Escolas Cívico-Militares em Santa Catarina: Avaliação de impactos financeiros e no desempenho escolar**. 2024. Disponível em: <https://sinte-sc.org.br/files/1081/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20escola%20civico%20militares%20SINTE.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2024.